



Oliveira do Bairro câmara municipal

## Despacho Conjunto n.º 52 – Mandato 2017/2021

### Assunto: Situação de Calamidade – Medidas no âmbito da pandemia da doença COVID-19 – Município de Oliveira do Bairro

Considerando que,

Nos termos do n.º 1 do artigo 64.º da Constituição da República Portuguesa, «*Todos têm direito à protecção da saúde e o dever de a defender e promover*»

Na sequência da situação de emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 30 de janeiro de 2020 e da classificação do vírus como uma pandemia, pela OMS, no dia 11 de março de 2020, foram adotadas, ao longo do tempo – a nível nacional e local – medidas excepcionais e temporárias em resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus - SARS-Cov-2 e pela doença COVID-19.

Desde 30 de abril de 2021 que Portugal se encontra em **situação de calamidade** face à situação epidemiológica em resultado da pandemia da doença COVID-19.

Refere a Resolução do Conselho de Ministros n.º 91-A/2021, de 9 de julho que «*A situação epidemiológica em Portugal mantém-se numa fase de aumento do nível de incidência, do número de infetados e do número de internados.*» E que, atenta tal circunstância, continua a justificar-se a vigência da situação de calamidade, sendo a mesma prorrogada, através daquela Resolução, em todo o território nacional continental, até às 23:59 h do dia 25 de julho de 2021.

Considerando ainda,

As recorrentes recomendações das entidades de saúde, e bem assim as orientações constantes do Plano de Contingência do Município de Oliveira do Bairro;

A necessidade de o Município assumir, permanentemente, uma posição que contribua ativamente para a prevenção e o controlo da COVID-19;

Assim, com base na reavaliação da situação, e sem prejuízo das medidas que resultam diretamente da legislação em vigor, nos termos e com os fundamentos acima indicados e ao abrigo da Autonomia Constitucional das Autarquias Locais insito no artigo 6.º e 235.º e ss da Constituição da República Portuguesa [CRP], do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, na redação atual, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 74-A/2021, de 9 de junho, na redação dada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 91-A/2021, de 9 de julho, e no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, que me foi delegada pela Câmara Municipal, e nos termos das competências próprias que me são conferidas pela alínea a) do n.º 1 e alíneas a) e h) do n.º 2 do artigo 35.º e artigo 37.º, ambos do mesmo diploma legal,

**Determina-se a renovação/manutenção das medidas constantes do Despacho Conjunto n.º 47 – Mandato 2017/2021, de 1 de maio** [mantidas pelo Despacho n.º 48 – Mandato 2017/2021, de 17 de maio, pelo Despacho Conjunto n.º 49 – Mandato 2017/2021, de 31 de maio, pelo Despacho Conjunto n.º 50 –



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

Mandato 2017/2021, de 14 de junho e Despacho Conjunto n.º 51 – Mandato 2017/2021, de 28 de junho], à exceção das que foram alteradas pelo Despacho Conjunto n.º 50 – Mandato 2017/2021, de 14 de junho, pelo período coincidente com declaração da situação de calamidade operada por via da Resolução do Conselho de Ministros n.º 91-A/2021, de 9 de julho.

Apela-se a todos os municípios que continuem a adotar, como até aqui, um comportamento responsável e sigam rigorosamente todas as regras legais e, bem assim, todas as recomendações e indicações da Direção-Geral de Saúde e demais autoridades, nomeadamente no que se refere ao dever geral de recolhimento, à preservação do distanciamento social, às regras de higiene e etiqueta respiratória, assim como na utilização de máscaras de proteção individual.

As medidas aqui previstas podem ser objeto de prorrogação ou modificação na medida em que a evolução da situação epidemiológica o justificar.

O Município continuará a acompanhar atentamente a evolução da situação e as decisões que forem sendo emitidas, quer pelas entidades de saúde pública, quer pelo Governo.

O presente despacho produz efeitos ao dia 12 de julho de 2021, sem prejuízo da sua reavaliação assim que se justifique.

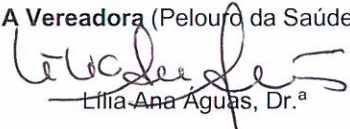
**Publique-se e divulgue-se. Conhecimento à Câmara Municipal.**

Município de Oliveira do Bairro, 12 de julho de 2021

O Presidente da Câmara

  
Duarte Novo, Dr.

A Vereadora (Pelouro da Saúde)

  
Lília Ana Aguas, Dr.<sup>a</sup>